

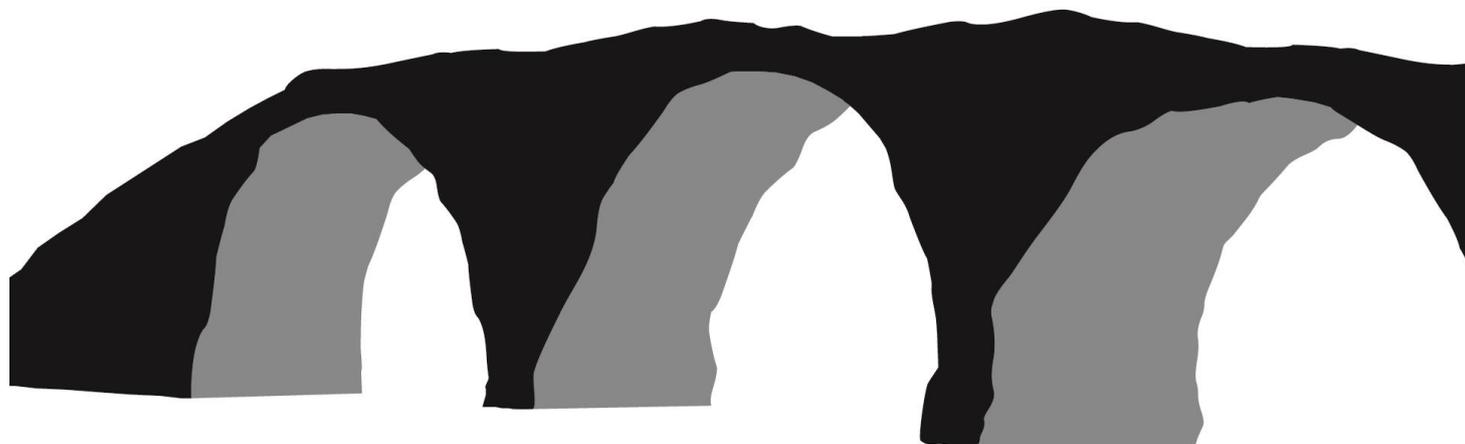
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 12 | Número 2 | Julho – Dezembro 2018
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

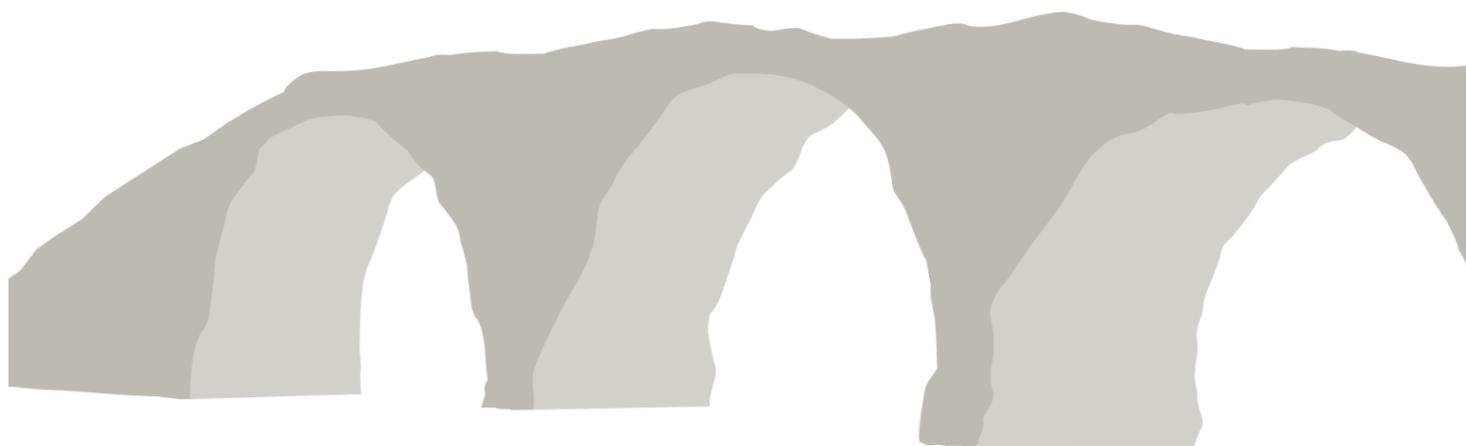
**PRECISAMOS FALAR SOBRE TEMPO, COSMOLOGIAS AMERÍNDIAS,
ONTOLOGIAS E OUTRAS... MAS, O QUE É QUE A ARQUEOLOGIA TEM A
VER COM ISSO?**

**WE NEED TO TALK ABOUT TIME, AMERINDIAN COSMOLOGIES,
ONTOLOGIES AND OTHER THINGS... BUT WHAT DOES ARCHAEOLOGY
HAVE TO DO WITH THAT?**

José Alberione dos Reis

Mariana Petry Cabral





Data de recebimento: 02/12/2018.

Data de aceite: 15/12/2018.

**PRECISAMOS FALAR SOBRE TEMPO, COSMOLOGIAS AMERÍNDIAS,
ONTOLOGIAS E OUTRAS... MAS, O QUE É QUE A ARQUEOLOGIA TEM A
VER COM ISSO?**

**WE NEED TO TALK ABOUT TIME, AMERINDIAN COSMOLOGIES,
ONTOLOGIES AND OTHER THINGS... BUT WHAT DOES ARCHAEOLOGY
HAVE TO DO WITH THAT?**

José Alberione dos Reis¹

Mariana Petry Cabral²

RESUMO

Este texto está redigido nas veredas da coloquialidade. Aqui pensamos e escrevemos sobre possibilidades e expectativas que instiguem por convergências e apontem divergências entre Arqueologia e Ontologia, e Tempo, e Teorias, e Cosmologias Ameríndias, e Ideologias e outros tantos caminhos epistêmicos.

Palavras-chave: Ontologias, Tempo, Cosmologias.

RESUMEN

Este texto está redactado en las veredas de la coloquialidad. Aquí pensamos y escribimos sobre posibilidades y expectativas que instiguen por convergencias y señalen divergencias entre Arqueología y Ontología, y Tiempo, y Teorías, y Cosmologías Amerindias, y Ideologías y otros tantos caminos epistémicos.

Palabras clave: Ontologías, Tiempo, Cosmologías.

ABSTRACT

This article is written thru the paths of colloquiality. We think and write about possibilities and expectations that instigate convergences and point towards divergences on Archaeology, Ontology, Time, Theory, Amerindian Cosmologies, Ideologies and so many other epistemic paths.

Keywords: Ontologies, Time, Cosmologies.

¹ Professor do Bacharelado em Arqueologia – Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

² Professora do Departamento de Antropologia e Arqueologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/ Pesquisadora do Museu de História Natural e Jardim Botânico – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

*“Há uma fenda entre o mais alto
da cabeça do homem e o céu; e nas minas
onde se exploram as riquezas que caíram
é evidente um outro embaraço antigo: a desligação
entre os pés do homem
e o que existe lá embaixo: o centro da terra.
Mesquinha coisa que existe entre o céu e o centro,
eis o homem.”*
(Gonçalo M. Tavares – “Uma viagem à Índia”)

PROLEGÔMENOS

Agora, as primeiras palavras para explicações dos propósitos deste texto. É uma escrita informal, no acolhimento da coloquialidade. Portanto e por isso, escrevemos sob a forma de cartas enviadas reciprocamente nos lugares de autoria desta escrita³. O tom coloquial das cartas está pleno de afetos entre nós e para com xs leitorxs no transcorrer do que expomos aqui. Nesta coloquialidade, seguimos o conselho de Stephen King, em livro, de 2015, no qual ele diz que a principal regra de uma escrita criativa é escrever sobre o que se conhece, de maneira mais abrangente e inclusiva possível. Na página 229, do mesmo livro, King assim recomenda: “A escrita não é para ficar famoso, fazer dinheiro, transar ou fazer amigos. No fim das contas, a escrita é para enriquecer sua vida. A escrita serve para superar, melhorar e despertar.” Seguindo tal conselho, apresentamos impressões, divagações, considerações e reflexões que acompanham o que está proposto para este dossiê. Bueno! No entanto é um texto de cunho acadêmico e institucional. Por isso, tem regras. Dentre elas as que dizem respeito às citações autorais. Como escolhemos a coloquialidade de cartas, toda a autoria citada constará no final, nas Referências Consultadas. Citações mais conceituais constarão de notas no final do texto.

“VAMOS ÀS CARTAS, ENTÃO!”

Rio Grande, sul, inverno, agosto, lua nova, 2018.

Querida amiga Mariana

Como andas e por onde andas nesta tua vida em e por Belo Horizonte?

Te escrevo daqui, do extremo sul, neste bioma pampa costeiro, como por aqui o denominam. Neste ano de 2018, o inverno chegou rigoroso: muitos ventos – mais do que aqueles que estão sempre nos acompanhando por aqui – frentes geladas mais do que frias, o oceano rugindo e chuvas constantes, torrenciais. Enfim, o tempo do inverno! Uma beleza!

Olha só! Por que será que na maioria dos inícios de conversas, por mais íntimas que sejam, iniciamos falando de tempo – aqui o meteorológico, – porém, nas indicações e nos contextos climáticos de um tempo específico e – para meu gosto – muito especial que é o inverno. Falando assim, estamos nos referindo a um tempo cíclico, o transcorrer das estações e suas manifestações. Um tempo cíclico implica repetições, duração, abertura e novos outros recomeços em relação àquilo que retorna periodicamente.

Na roda do que gira e retorna e ou se esvai, ciclicamente, o campo da Arqueologia é envolto por instigações sobre sua existência e essência enquanto tal. Por isso mesmo que, no mês de julho passado, me enviaste um pequeno texto que apresenta o que estás propondo no dossiê que organizas para a revista *Vestígios*. Já início esta prosa te provocando por causa de uma expressão que usaste no tal texto: “A chamada virada etnográfica da arqueologia” – no que consiste isto? Aconteceu mesmo e por onde percorreu tal virada? No mesmo texto, continuando, afirmas que “várias pesquisas têm experimentado pensar a construção do passado a partir de outros lugares de conhecimento”. Bueno! “Virada”, para mim, mostra mudança abrupta de algo que acontece. Aponta para tempo. Já “construção do passado” aponta para a maldição indelével da Arqueologia: passado. É desta instância que a Arqueologia está fossilizada por entre os tempos que nos envolvem nos dias contemporâneos.

Me expresso mais e melhor!

Tudo sai do tempo e para ele retorna. Isto é, tempo é a mais fascinante categoria com a qual constituímos a nossa participação na Existência e na Realidade e como as experimentamos. Foi por causa do tempo que lá, mais ou menos na segunda metade do século XIX, no entremeio e na fervura da modernidade europeia, que se institucionalizou o que denominamos de Arqueologia. Já na sua denominação a marca do tempo no *arché*, no *arqueo*, no *archaio*: começo, início, ponto de partida, princípio supremo indemonstrável. No entanto, disto se constrói o que chamo de maldição da Arqueologia: passado. Passado é uma das participações no tempo. Tem tantas: hoje, agora, ontem, após, há, era uma vez, instante, futuro, contemporâneo, amanhã... Por isso enfatizo isto que chamo aqui de maldição: o passado é o oitavo passageiro da Arqueologia. É dele que este campo do conhecimento está ainda bem distante da vida encarnada na nossa existência e na nossa consciência enquanto seres humanos. Esta distância, esta fenda incomensurável já veio nas caravelas da expansão pelo mundo desde a Europa. Colombo trouxe consigo para a América – vaticínio neste nome também maldito a este continente que veio de um nome próprio de um europeu – o passado assentado nos três “c” do empreendimento moderno europeu: cristianismo, comércio e civilização. Desta se diz, desde então, europeia. Mais tarde, já durante o século XIX, institucionaliza-se como campo do conhecimento, a Arqueologia, enrijecida e surda na maldição do passado.

Para mim, do que digo aqui, nada mais tem que advir de “construção do passado”. Não há “devir” – por qualquer filosofia que enveredemos – que nos salve da contaminação ideológica, política e epistemológica que mantém vivo o cadáver do passado na Arqueologia. É preciso, assim como a fênix que renasce das cinzas e do fogo, destruir passado como categoria europeia e fundante da Arqueologia. Temos que reinventar tantas maneiras e veredas outras, novas outras participações do tempo, sem o maldito passado, no que ainda possa continuar sendo Arqueologia.

Virada, para mim, é isso.

Como tu já conheces e acompanha, algo novo vem chegando como ‘virada’, através da assim denominada de “ontologia da arqueologia”. Tomei contato com esse tema a partir do texto do Benjamin Alberti, publicado em 2016. Nele, o autor apresenta uma tal de “arqueologia ontológica”, que daria conta de novas metafísicas para a Arqueologia. O que seria, de acordo com o Benjamin Alberti, na página 164, “reconfigurar conceitual e teoricamente a Arqueologia sobre a base da teoria indígena”. Penso que, em outra ocasião, vamos prosear mais sobre esta temática.

Agora saliento duas situações.

Uma, no que diz respeito à “virada” que vem de novo da Europa como uma possível moda-ideia nova com essa tal “ontologia da arqueologia”. Amiga querida, eu sei que conheces bem melhor do que eu sobre a já não mais tão nova “virada” que se denomina ainda de “virada ontológica na antropologia”. Busco alerta em torno desta novidade velha para a Arqueologia, me assentando naquilo que o Roberto Schwarz denominou de “ideias fora do lugar”, em texto que encontro publicado em 2012. Neste, na página 29, o autor alerta para o seguinte: “Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio”. Amiga, te pergunto: o que seria sentido próprio, quiçá brasileiro, – ou nós, daqui do continente sul-americano – diante desta nova velha ideia, de outro lugar de fora, que vem com a denominação de (virada) “ontologia da arqueologia” tendo por base teoria indígena? E daí?

A outra, pelo que vem chegando de carona com a tal “ontologia da arqueologia”. Deste topos, por várias vezes e ocasiões discursivas, apontada – desse viés incógnita de teoria indígena – como ontologias/metáfísicas ameríndias, ponto de vista, perspectivismos ameríndios, relacionais simétricas entre arqueologia e cosmologias ameríndias. Pergunto: seria por estes vieses discursivos, ideológicos e sócio-políticos que possibilidades outras e novas enfrentariam a maldição do passado e sua destruição, sem nada mais de construção na e para com a Arqueologia?

Olha só, Mariana! No meu entendimento, não dá mais para ficarmos ao sabor de “ideias fora do lugar” – por melhor que sejam, e são boas! – no que seja esta falácia total de “reconstrução do passado”. Nada mais de passado é para ser reconstruído. Se algo nos desafia para construção nova é, sim, na criação de novos e primeiros regimes de conversação simétricos em direção desta tal teoria indígena.

Te aponto alguns exemplos de teóricos indígenas e suas formulações que confrontam qualquer possibilidade de reconstrução de passado, ainda pela Arqueologia.

Começo com o que diz Daniel Munduruku, em texto recém-publicado em agosto de 2018. Daniel Munduruku fala sobre duas modalidades que ainda descrevem sobre a ideia de índio: de um lado, o bom selvagem, de outro, o ‘mau selvagem’, os preconceitos do tipo: índio impede progresso, é vadio, preguiçoso, atrasado, viciado. Qualquer que seja o lado – o bom e ou o mau –, salienta Daniel Munduruku, na página 18, o seguinte: “Assim nasceu para nós, um “índio” sem história, genérico, sem humanidade, um simulacro, um estereótipo que ficou preso aos livros didáticos e que nos foi sendo apresentado como algo da história do passado brasileiro”. Daniel Munduruku não consegue driblar a sintaxe da maldição do passado.

Vou para outro, Ailton Krenak. Encontro sua voz em texto de 2017, na página 151. Faz parte de uma fala intitulada “Um possível outro mundo”. Como é uma citação grande, vai para nota de final⁴.

Por último, uma concepção de tempo a partir do que narra Davi Kopenawa. Este, mais Bruce Albert, publicou um livro em 2015, no qual, na página 91, conta como se originaram as montanhas: “*Omama* criou as montanhas para esconder o caminho que tomou ao fugir. Elas não estão na floresta à toa. Embora pareçam ser impenetráveis aos olhos de quem não é xamã, na verdade são casas de espíritos.” Mais adiante, na página 222, Davi Kopenawa fala sobre a participação do tempo em condição de origens, ao dizer que: “Antigamente, os brancos não existiam. Foi o que me ensinaram os nossos antigos, quando eu era criança. *Omama* vivia então na floresta (...). Não havia mais ninguém. Assim era. *Omama* deu-nos a vida muito antes de criar os brancos e era também ele que, antes deles, possuía o metal. As primeiras peças de ferro utilizadas por nossos ancestrais foram as que *Omama* deixou para trás na floresta, quando fugiu para longe, a jusante de todos os rios.”

Mariana, amiga querida, diante destes teóricos indígenas que não falam de passado, mas de regimes outros de participação do tempo, ancestral, se bem nos conforta, como sustentarmos ainda um barco que afunda ao

propormos reconstrução arqueológica – científica – de passado? Ou bem partimos para novos outros regimes de conversação com essas pessoas - no caso aqui, a partir dos três que cito - ditas e faladas desde suas cosmologias ameríndias, ou a Arqueologia já morreu ao querer ainda nos estertores da agonia do desencarne reconstruir a maldição do passado que a matou desde sempre.

Bueno! Já escuto vozes acadêmicas iradas ao dizerem: o que é isto tudo que estás afirmando, seu José Alberione? Como assim, Arqueologia sem passado? Isto não é nada científico? Bueno! Cientificidade não é minha preocupação e não me concerne, ainda que esteja professor de um bacharelado em Arqueologia no ensino público federal. Assim, acompanho o que diz Patrick Deville, no livro publicado em 2017, na página 142: “Geralmente, fala-se da história das ciências como de uma grande avenida que levaria direto da ignorância à verdade. É antes um emaranhado de vias sem saída em que o pensamento se perde e se entranha. Uma compilação de fracassos lamentáveis e às vezes risíveis.” Estou muito mais para desobediência da cientificidade, do científico, por veredas que são apresentadas e que gostei, e estou ainda em caminhos de leitura, a partir do que expõe Frédéric Gros em seu livro “Desobedecer”, publicado em 2018. Aliás, já faz bom tempo que o Bruno Latour tocou, bem claramente, nessa verve de cientificidade, ao dizer, em texto publicado em 2015, na página 77, o seguinte: “Ser ou não ser científico não é a questão. Ao invés de assumir essa postura defensiva, creio que é muito mais produtivo ser ofensivo em todos os sentidos da palavra – (...).” Bueno! Deslindo bem que, de todos os sentidos, nunca o de ofensa, de ofender. Não vou por este. Sou sempre pelo acolher. Ainda que Viva(m) a(s) diferença(s)!, e suas misturas.....

Amiga querida, por hoje fico por aqui.

Saudades todas, beijos e abraços do amigo de sempre para sempre,
bugreveiofenixserranodoapanhador alberione.

Te passo o mate!

Belo Horizonte, novembro, mundo nublado.

Querido José, responder tua carta foi mais difícil do que imaginei e me tomou bem mais tempo do que planejava. Desculpa a demora, mas, de certo modo, ela precisava ocorrer. Minha vida nas *Geraes* tem sido de algumas “viradas” nos últimos tempos, me levando a olhar e pensar sobre mim mesma (e, portanto, sobre o que eu faço através da arqueologia). Tuas inquietações e provocações chegaram em um momento particularmente intrincado da minha vida, me obrigando a desemaranhar alguns pensamentos e encontrar ideias para te responder. Mas, afinal, pensar muito nunca me doeu! (Perdoe meu trocadilho com o título da tua tese de 2003).

Tu me questionas sobre a tal ‘virada etnográfica’ na arqueologia e se de fato ela aconteceu. Eu vou chegar nisso mais adiante, mas primeiro queria explicar que “virada”, para mim, pode até ser essa tal de “mudança abrupta” a que te referes, mas pode bem ser – usando aqui uma referência bem brasileira – o que o Dicionário Aurélio, em edição de 1999, aponta como sua quarta definição: “Mudança de compasso de um instrumento da capoeira sem, no entanto, mudar o andamento da música”. Bem, não joga capoeira nem entendo de teoria musical, mas gosto desta definição minimamente pela referência a uma prática africana-brasileira, além de me oferecer outro caminho para falar de tempo. Diz-se que em música o tempo é elástico.

Neste momento que te escrevo, penso exatamente na maleabilidade do tempo, no modo como coletivos diversos pensam, tratam e fazem tempo. Tu mencionaste o fato de usarmos em português a mesma palavra para o clima e para a sucessão dos períodos (segundos ou séculos), e isso me parece algo bem interessante para

nos colocarmos como pessoas pensando outras pessoas – tarefa usual no mundo da arqueologia, mas sobre a qual ainda refletimos pouco. Nossas palavras no português criam conexões que falam sobre nós, e que até podem nos ajudar a falar com as outras pessoas, mas que mais usualmente nos servem para falarmos sozinhos. Já deveria ter passado o tempo em que a arqueologia ouvia apenas a si mesma. No livro da filósofa e ativista Djamila Ribeiro “O que é: lugar de fala?”, publicado em 2017, ela afirma na página 33 o seguinte: “O não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os *Outros*, enquanto esses *Outros* permanecem silenciados.” Não à toa, isto ecoa com o que Whitney Battle-Baptiste, arqueóloga norte-americana, tem insistido ao discutir sobre arqueologia como uma prática situada. No seu livro “*Black Feminist Archaeology*”, de 2011, na página 35, ela expressa sua frustração com as regras convencionais da prática científica: “Como adulta, eu me tornei mais e mais desiludida com a arrogância de estudiosos de todas as disciplinas dando ‘voz’ às almas silenciadas e esquecidas de mulheres de descendência Africana”. E continua: “Como povo da Diáspora Africana, nós entendemos que nem todas as pessoas têm suas vozes e histórias valorizadas do mesmo modo no passado e no presente”. E é incrível que, em 2018, nós ainda tenhamos na arqueologia brasileira tão poucas vozes indígenas, negras, ribeirinhas, camponesas, transgênero, da periferia ou de outros lugares para além dos redutos convencionais de onde viemos. Como uma mulher, branca, com uma formação de vida privilegiada, atuando hoje como professora de uma universidade pública no Brasil, não consigo imaginar participar da formação de novas gerações sem explicitar essas questões. Se ainda carecemos de diversidade na nossa arqueologia, é nosso papel ajudar a transformar isso. As “novas outras participações do tempo” que tu sugeres podem e devem ser pensadas na arqueologia por pessoas diversas, para além de nos movimentarmos com outros pensamentos. O que eu quero marcar aqui é que essa “virada ontológica”, que tu apontas como um dos caminhos para destruir o passado como categoria, precisa ser feita com a própria transformação de QUEM faz arqueologia. Para mim, é bem evidente que se não mudarmos os sujeitos, as mudanças serão restritas, limitadas. Talvez só mais uma moda, como tu mesmo apontas.

Eu entendo a crítica contundente que tu fazes à categoria passado, essa “maldição indelével” da arqueologia, e concordo plenamente que ‘reconstruir passados’ é uma falácia. O passado nunca “esteve lá”. Eu gosto muito de pensar naquela pintura do René Magritte sobre o cachimbo (“*Ceci n’est pas une pipe*”) como uma translação desse passado arqueológico. O cachimbo poderia ser uma urna funerária, um machado, uma área de escavação evidenciada: “*Ceci n’est pas le passé*”.

No entanto, eu mesma tenho usado ‘passado’ como uma categoria maleável, ao mesmo tempo crítica a essa ideia de um passado estático e ativando outras ideias de passado. Há um texto da Claire Smith, em um catálogo da exposição ‘Mundos Tribales’ de 2008, em que ela evidencia outras concepções de passado a partir de conhecimentos indígenas, salientando, na página 94, que “o passado permanece embebido no presente e, como tal, exerce uma influência progressiva na ação presente”. Eu tenho buscado pensar e praticar arqueologia a partir dessas outras possibilidades de pensarmos passado.

Eu considero viável pensarmos em passado como uma categoria crítica, que possamos operar cientes de suas limitações e de seus potenciais. Tu estás certo em afirmar que passado é uma construção nossa, moderna, ocidental, branca; assim, pensar em passado para outros coletivos é um equívoco. Entretanto, podemos potencializar o equívoco e usá-lo para questionar justamente o que a categoria passado afirma. Eu estou aqui pensando na proposição de Eduardo Viveiros de Castro, em um texto de 2004, de operar o equívoco como um método, que ele chama de ‘equívoco controlado’. Na página 5, ele discorre sobre o caráter comparativo da antropologia, para afirmar que essa comparação tem o único intuito de traduzir, e que esta tradução – para

operar do modo que ele considera interessante – deve “subverter os equipamentos conceituais de quem traduz” justamente para fortalecer as ideias do que é traduzido. Se pensarmos a arqueologia também como uma disciplina comparativa, operando na tradução, esse “passado maldito” bem pode ser ativado para desmontar a maldição. Me parece que essa ideia do “passado embebido no presente”, que a Claire Smith ativa, é um modo de operar esse equívoco.

Quando eu proponho pensarmos na ‘construção de passados’, eu estou dialogando com essa ideia, com essa perspectiva de que não há um passado guardado em algum lugar. Tu bem sabes como o Cristóbal Gnecco tem insistido sobre essa ideia, nos alertando sobre a força do tropo da escavação arqueológica, justamente no seu emaranhado com um passado enterrado, como ele explicita, por exemplo, em um artigo de 2012. Pensar em ‘construção de passados’ nesse contexto é ressaltar o caráter ativo desse processo, é contestar uma ideia naturalizada na arqueologia de um passado estático, é assumir abertamente que o que fazemos é uma elaboração carregada de subjetividades. E nisso eu acho que nós dois concordamos.

Esse meu lugar de professora universitária, formando pessoas na arqueologia e na antropologia (pois nosso curso aqui oferece esta interessante estrutura conjunta), tem me impactado bastante ao me colocar a refletir sobre quais arqueologias vou ensinar, sobre o que vou instigar em estudantes, o que afinal eu considero mais relevante na formação de pessoas pesquisadoras nessas duas áreas do conhecimento. E tenho ativamente usado essa perspectiva crítica sobre passado para incitar as turmas a refletirem sobre a constituição do conhecimento científico (e, assim, sobre sua autoridade e hegemonia). Se o passado é a maldição da arqueologia, a palavra mal-dita, ou seja, declarada para causar o mal, será possível quebrar este encanto? Eu penso que sim, e um caminho possível – ao menos como eu tenho exercitado – está alinhado justamente com a tal “virada etnográfica”.

Eu sei que tu desconfias dessas viradas (ainda que recorras à virada ontológica na tua carta), mas eu gosto de pensar que elas marcam reposicionamentos. Eu insisto que não penso virada como “mudança abrupta”, nós podemos virar de muitos modos, inclusive delicadamente. De qualquer modo, eu estou usando o termo “virada etnográfica” na arqueologia a partir, em especial, de um texto do Quetzil Castañeda, publicado em 2008. Ele vai explicitar que entende essa virada como um modo diverso de incorporação da etnografia na arqueologia, que se liga com novas motivações e agendas das pessoas arqueólogas. Essas mudanças envolvem um interesse forte e direto sobre as percepções das pessoas a respeito do que chamamos de arqueológico e das nossas práticas científicas, alinhado com uma atenção aos contextos contemporâneos e suas dinâmicas sociais e políticas, reforçando que agimos no presente (ou na vida vivida, como colocas).

No Brasil, nos últimos anos, várias pessoas da arqueologia têm exercitado essas outras incorporações da etnografia na arqueologia. Para além das experiências múltiplas e diversas que têm sido operadas com populações indígenas, como os trabalhos da Fabíola Silva (veja o artigo de 2015 na Revista da SAB) e da Juliana Machado (em artigo de 2017), assim como as minhas próprias experiências de pesquisa com os Wajãpi do Amapá (como em artigo de 2013), há outras experiências em andamento. Eu gosto particularmente do que a Marcia Bezerra tem refletido nas suas etnografias das coisas e pessoas na Amazônia, como sintetizado no seu livro “Teto e Afeto”, de 2017. Ela nos provoca a “mundanizar” as coisas arqueológicas, retirar o manto sagrado que a ciência coloca sobre elas e olhá-las a partir dos olhares dessas outras pessoas. Parece um movimento tão simples, mas carrega, como ela explicita na página 46, uma potência de “desemaranhamento” dos nossos conceitos e ideias assentadas da arqueologia.

O que me encanta nessas outras incorporações da etnografia na arqueologia está em parte na conexão com a vida vivida (usando aqui tua expressão). Não é de hoje que a arqueologia flerta com a etnografia, na verdade, esse é um namoro antigo, ainda que nem sempre recíproco. A relação certamente ficou mais evidente com a cristalização da etnoarqueologia na década de 1960, mas o que vários de nós estamos fazendo agora é algo diferente. Para mim, parte dessa diferença passa justamente pelo passado, ou melhor, pelo modo como o passado é – ou não – articulado na relação entre etnografia e arqueologia. Há mesmo autores, como o Alfredo Gonzáles Ruibal, como em texto de 2008, que vão defender uma “arqueologia do presente”, marcando de modo muito explícito que o olhar para o passado não é mais o guia para essas práticas como costumava ser na etnoarqueologia clássica.

De certo modo, me parece que essa incorporação da etnografia acontece neste momento de um modo menos instrumental. Por muito tempo a arqueologia usou a etnografia como fonte para resolver aquilo que o Binford chamou de “teorias de alcance médio”, ou seja, ligar o passado estático com o presente dinâmico; depois passamos para etnoarqueologias do simbólico, como proposto pelo Hodder, mas ainda com essa forte conexão entre o passado distante e presente próximo. Penso que agora estamos em um momento de pensar de fato a vida vivida. Essa “mundanização” das coisas arqueológicas, que a Marcia Bezerra nos provoca a pensar, explicita, para mim, o quanto nosso processo disciplinar nos molda ao ponto de já não vermos o mundo como ele é, mas sim já organizado nas nossas próprias categorias. Parte do nosso processo de formação científica é justamente domesticar nossas percepções, naturalizando as construções, para esquecermos como foram feitas.

Tem um texto do Júlio Cortázar, um escritor argentino que aprecio muito, que expressa essa inquietação entre nossa domesticação e nossos ímpetos de viver o mundo intensamente. É o texto de abertura do livro “Histórias de Cronópios e de Famas”, em edição de 1994. Ele afirma: “Quando abrir a porta e assomar à escada, saberei que lá embaixo começa a rua; não a norma já aceita, não as casas já conhecidas, não o hotel em frente; a rua, a floresta viva onde cada instante pode jogar-se em cima de mim como uma magnólia”. De certo modo, minha experiência etnográfica tem me provocado justamente a pensar essa rua como floresta viva.

Sabe que quando eu comecei a trabalhar com o povo indígena Wajãpi do Amapá, dando os primeiros passos na construção de um projeto de arqueologia com eles, eu ainda estava tateando o que seria uma arqueologia etnográfica. Desde a graduação me interessei por etnologia indígena, então eu tinha já lido um tanto de etnografias, especialmente da Amazônia depois que me mudei para Macapá em 2005. Mas demorou um pouco para eu conseguir processar as diferenças radicais que nós operávamos simplesmente andando no mundo. De início, eu não percebia de modo muito evidente as diferenças, e foi através das coisas arqueológicas que eu fui exposta a uma espécie de abismo entre nossos conhecimentos.

Foram os Wajãpi que me mostraram a miopia da arqueologia, a nossa enorme dificuldade em ver o mundo fora das nossas próprias classificações. Como podemos, então, pensar a arqueologia como uma disciplina que opera traduções entre tempos, se não conseguimos sequer perceber que não há tradução quando apenas transferimos um conceito de um lugar para outro? Eu fiz isso, inúmeras vezes. Nós todos fazemos, a gente de fato aprende a fazer isso para ser reconhecido como profissional da arqueologia (ou de qualquer outra ciência).

Me parece que esses exercícios de novas relações entre etnografia e arqueologia, que estão ganhando espaço e adensamento crítico nos últimos anos, nos provocam a ampliar as comparações possíveis no fazer arqueológico. Ao nos encontrarmos com outras pessoas abertas a compartilhar não apenas vivências, mas fundamentalmente conhecimentos, esse movimento simples de reconhecer outra existência nos obriga a sair do lugar. De certo modo, nos deparamos com nossos próprios preconceitos ao olhar, ao conversar, ao partilhar

com as outras pessoas. Suas existências diversas (e isso vale não apenas para um povo nativo distante, mas também para o coletivo do lado da nossa casa com quem jamais trocamos palavras) se evidenciam para nós com detalhes e sutilezas que nos obrigam a desmontar aquelas caixinhas que insistimos em usar para classificar as pessoas. Talvez seja nosso fardo moderno ocidental e nossa vontade de organizar o mundo, mas o fato é que encaixotamos pessoas quase sem perceber que estamos fazendo isso. Para mim esse é o movimento mais eficaz para impedir nossas trocas: olhando as pessoas dentro de caixas rotuladas reforçamos aquelas ideias mais antiquadas de cultura como um pacote e marcamos de modo contundente nossas diferenças, criando interdições entre nós.

Eu entendo, então, a “virada etnográfica” na arqueologia como um movimento justamente para desmontar essas caixinhas rotuladas, para percebermos que pessoas são sempre múltiplas, que identidades são maleáveis e que coletivos jamais são homogêneos. Isso nos proporciona (ou nos induz?) a desmontar a nossa própria constituição como pessoas arqueólogas, a percebermos nossas incongruências, nossas variações, nossa maleabilidade. E nesse exercício de encontro de modos de conhecer, de modos de existir, nós podemos ampliar nossas capacidades nas traduções, nas translações de ideias e conceitos entre mundos diversos.

A arqueologia, quando pensada como uma prática de tradução, de mediação entre mundos, necessariamente precisa ser situada, localizada. As conversas e trocas entre pessoas diferentes que a “virada etnográfica” nos incita a exercitar resultarão sempre em arranjos locais, em explicações delimitadas, em alcances curtos. Ainda que muitas vezes a gente pense que as pretensões generalistas da arqueologia processual tenham sido superadas, o fazer científico ainda carrega fortemente essa herança universalista. No entanto, essas arqueologias que incorporam etnografia produzem outra coisa, elas enriquecem o particular, elas oferecem múltiplas camadas de saberes situados. Tem um artigo de 2018, do antropólogo Renzo Taddei, em que ele nos provoca sobre como se dá a descolonização dos conhecimentos, e conclui, na página 304, que “a antropologia precisa ser paroquial, ter marcas visíveis de nascença e desenvolvimento, ser uma atividade diplomática difícil”. É o que eu penso sobre a arqueologia, o que nós fazemos é uma espécie de artesanaria diplomática entre mundos em que a materialidade jamais sai de cena. É no local e no situado que ela ganha corpo e força para corrigir nossas miopias, ou ao menos para ampliar nossas habilidades perceptivas. Resta saber se estamos de fato dispostos a reconhecer as outras existências.

Buenas, José, te passo o mate agora.
Saudades e todo meu afeto, com carinho,
mariana

Rio Grande, sul, primavera/verão, lua nova, dezembro, 2018.

Buenas, querida amiga Mariana!

Já que me passas o mate, seguimos proseando. Não precisas te desculpar pela demora em respostas. Como diz um ditado popular, demora é tempo que não passa na cabeça de quem espera!

Pois, por falar de tempo, aqui no extremo sul, estamos em tempos de primaveraverão. Isto é, um friozito deslocado dessa transição de sazonalidades, no amanhecer. Um solação já de calores de verão durante o dia. Também ventos, muitos ventos intensos. A galharia das árvores vai dançando com mais faceirice do que fandango em dia de casamento. Uma maravilha!

Bueno! De novo início esta carta falando de tempo. É inexorável e onipresente o tempo em nossa dita condição humana. Pois o tempo que me remete agora, no entanto, é de outro sentido. É o dos afetos, da memória dos carinhos que perpetuam relações. Do que falo? Citas, na tua carta, o velho amigo Júlio Cortázar e seu livro “Histórias de Cronópios e Famas”. Foi com este livro em tuas mãos e com olhares tímidos aos entornos de onde estavas, estávamos, que meu coração olhou para ti. Foi lá naquela escavação, na cidade de Mata-RS, nos finais dos anos 1990, se bem me lembro e se não me estou de engano temporal. Me alertei! Uma arqueóloga de Cortázar na mão, já no café da manhã em plena escavação? Aí tem coisa! E tinha, e tem. Por que trago isto?

Inicias tua carta mediante considerações sobre mudança, virada. Imbricas essas palavras ao campo da Arqueologia, nosso interesse. Dizes que temos que nos colocarmos como pessoas pensando outras pessoas. Aqui está um nó a ser desatado no que seja fazer e pensar Arqueologia. Que pessoas são essas – somos nós! – pensando outras pessoas – os Outros! – nos entremeios deste campo do conhecimento sobre nós humanos e suas simples vidas? Escreves: “Para mim, é bem evidente que se não mudarmos os sujeitos, as mudanças serão restritas, limitadas.” Antes de mais que nada, Arqueologia não existe. Arqueologia tem existência somente de pessoas para pessoas. Os sujeitos de quem falamos e os sujeitos que fazemos e construímos nesse campo do conhecimento acadêmico. E é claro, como escrevestes, que a “materialidade nunca sai de cena”. Enfim, é uma das mais atuantes agências de nós enquanto seres humanos!

Quem éramos – tu e eu – naqueles idos dos anos 1990? Tu, jornalista em graduação, de olhar tímido, recolhido, tateando teus primeiros passos na Arqueologia, no cenário soberano do lugar de excelência dessa disciplina: a escavação, dessoterrando passados. Eu, já de vários anos na Arqueologia, um sujeito bronco, grosseiro, tosco e sem maiores demandas de questões sobre o passado, no exótico do desenterramento de passados. Achando que desenterrar passados era o máximo, ainda que lesse Cortázar, também. Quem éramos nós – tu e eu -, estas pessoas lá nos idos dos 1990 e como estamos e por onde andamos agora nos idos deste século XXI?

Sim, querida amiga, concordo tudo contigo que se não mudarmos os sujeitos-pessoas – como um ponto de partida - qualquer mudança e ou “virada” no âmbito da Arqueologia é, no mínimo, mais uma moda que edulcora superfícies lustrosas de saberes acadêmicos. Sim, temos que nos descrystalizarmos, enquanto sujeitos, diante de tanta carga dita científica que desde sempre se naturalizou nos campos do poder de dizer, afirmar e dominar sobre o que é Arqueologia e sempre no peremptório da última palavra e autoridades científicas sobre o que não é Arqueologia. Ao modificarmo-nos enquanto seres humanos, em busca de autoconhecimento – ferramentas para isso têm as mais variadas no mundo contemporâneo – nas íntimas transformações em profundidade de consciência, estamos transformando o mundo em nossas vidas a partir de onde pensamos e agimos nesse mundo. É o que tenho feito intensamente comigo e no âmbito de professor, diante e com o alunado, no bacharelado em Arqueologia, onde trabalho.

Sim, esse é um ponto de partida: a ousadia e a coragem de transformarmo-nos, em e na consciência, enquanto sujeitos envolvidos nessa tal Arqueologia na qual nada mais somos do que pessoas pensando e fazendo sobre pessoas. E aqui outro ponto de partida e simultâneo ao caminho da mudança interior que é o de mudança coletiva: a busca de nos encontrarmos e nos apoiarmos em comunidades de pertencimento. Em tempos atuais, no Brasil, neste final de 2018, de tanta violência epistêmica, emocional, corporal, moral, ética e social essa solidariedade de pertencimentos convergentes é nossa concreta segurança ontológica e afetiva. Aliás, Mariana, como sempre nos cuidamos em indicações de livros e de filmes interessantes, sobre essa tal violência,

recomendo a leitura de um pequeno grande livro organizado pelo Jessé Souza e Rafael Valim, publicado em 2018. Principalmente, por tudo o que já podemos antever em relação à Arqueologia e o futuro próximo político do Brasil. É justamente quando as tais violências nos sufocam que é o tempo de ousadias de mudarmos enquanto sujeitos e enquanto coletivos de pertencimentos convergentes no que diz respeito à existência e continuidade da Arqueologia no Brasil. Esses dois âmbitos de partida para mudanças nos qualificam para enfrentarmos o maior obstáculo nos tempos atuais, que é o medo. Tenho dito ao alunado que tudo, menos medo! Tudo, menos trazer o medo para dentro de nós. Nesse sentido, certa vez um discípulo perguntou ao poeta Jalal ud-Din Rumi (1207, Waksh/Tadjiquistão – 1273, Konya/Turquia): “*O que é veneno?*” Ele retrucou com uma bela resposta: “*Qualquer coisa que seja mais que a nossa necessidade é veneno. Pode ser poder, riqueza, fome, ego, ganância, preguiça, paixão, ambição, ódio ou qualquer coisa.*” Em seguida, também perguntou: “*O que é o medo? Não aceitação da incerteza. Se nós aceitamos a incerteza, torna-se aventura.*” Enfim, isto é aqui o que te digo por estas veredas de mudanças internas na consciência e coletivas enquanto comunidades de pertencimento. Por outro lado e por consequência dessas veredas, também entendo outros sentidos de mudanças mais amplas e profundas na Arqueologia.

Esboço o que tenho refletido nestes tempos de ocaso enquanto professor.

Na outra carta, insisti sobre o que chamo de maldição da arqueologia: o passado. Não vou me alongar mais sobre esse tema. Por isso, concordo com o que disseste ao considerar a viabilidade de se pensar passado como uma categoria crítica de desmonte desta maldição. Certo! De onde vem a pergunta, ali está a resposta. Da maldição desentranhamos o encantamento que a desfaça. O que chamo de maldição é como se fosse a vampiragem de nossas consciências pela força daquilo que, em nosso senso comum, chamamos de naturalização. Isto é, como dizemos, sempre foi assim! Não! Nada é sempre assim. Nem na Natureza é sempre assim. O devir constante é força que constrói, destrói e constrói num moto contínuo... Nesta verve te indico a leitura do excelente livro da Anne McClintock, publicado no Brasil em 2010.

No entanto, vou um passo a mais nesta vereda. Isto é, essa maldição é alimentada, retroalimentada por algo que muda para nada mudar. Desde que se instituiu como campo do conhecimento, na modernidade ocidental, a Arqueologia vem sendo, sucessivamente, acompanhada dos mais variados e suculentos adjetivos: arqueologia de... da... do... - “de algo... de alguma...”. O nome, a denominação, a nomenclatura, o substantivo – Arqueologia – não muda. Eis aí o ponto que tenho me provocado diante do alunado que no futuro próximo atuará nesse campo. De muito pouco ou quase nada mudou ao serem acrescentados os tantos adjetivos ao substantivo que permanece. Além de mudarmos nós, sujeitos que pensam e fazem arqueologia, é esta que tem que mudar. É preciso implacavelmente mudar o substantivo. Desafiar o domínio epistêmico da moderna colonialidade europeia que forjou o nome Arqueologia. É preciso inventar uma nova Ontologia da Arqueologia. Oh! Querer conceber com algo tão velho, tão grego. Ontologia! Sim. É dessa episteme que nos coloniza, que partimos para a decolonialidade que nos liberta. Temos que aprender e aplicar estratégias como fazem os Waiwai, de acordo com o apresentado por Catherine V. Howard, no texto publicado em 2002.

Por isso, uma nova Ontologia da Arqueologia. Esta ontologia terá que confrontar as velhas noções de Existência, de Realidade, de Ser do que até agora vem sendo nomeado como Arqueologia. Aliás, inquietação assemelhada ao que aqui vou apresentando também é da Beatriz Thiesen e do Martial Pouquet, colegas aqui no bacharelado em Arqueologia da FURG. Tal inquietação resultou em um texto que publicaram recentemente na Revista Tessituras.

Uma nova Ontologia da Arqueologia vai reinventar e distinguir o que e de onde até agora este campo vem dormindo, empoderado nas conceituações implícitas de Ser, Essência, Existência, Realidade, em tudo o que vem compor Arqueologia. Essas noções precisam de um desmonte e um refazer em que a Arqueologia terá que sofrer uma total reconsideração em suas fontes – o Ser; em seus atos epistemológicos – a Existência; em seus efeitos discursivos e seus fazeres de pessoas para com pessoas – a Realidade. Por isso gostei bastante de um pequeno texto de autoria coletiva de Martin Holbraad, de Morten Axel Pedersen e de Eduardo Viveiros de Castro, que está na internet, onde recentemente consultei. Os autores escrevem sobre possíveis correlações entre Ontologia e Política. Três correlações são apontadas: 1) as tradicionais conceituações filosóficas de ontologia ao afirmarem verdades absolutas sobre ‘como as coisas são’; 2) críticas e desmascaramentos dos essencialismos ontológicos que afirmam sobre ‘como as coisas deveriam ser’; 3) uma correlação que sustentaria um possível conceito antropológico de ontologia que buscaria e afirmaria pelos potenciais de ‘como as coisas podem ser, de maneira diferente’. Onde lemos acima, no texto destes autores, colocamos Arqueologia e temos mais uma rota de reconstrução de uma Ontologia da Arqueologia, com Política, é claro.

Bueno!

Madrugada findando. A luz do sol já vem dourando esta sala de onde te escrevo. A passarada, lá fora, cantando faceira pelo dia em seus inícios. Vou esquentar mais água pro mate e continuar nos finalmente de nossa prosa.

Olha só!

Em algum momento de tua carta apresentas a voz da Whitney Battle-Baptiste. Esta expressa sua desilusão diante da arrogância e da rigidez ideológica da academia ao “darem voz” a quem quer que seja – considerados como os excluídos, os subalternos. Bueno! Te digo que não aguento mais ouvir a academia, cheia de hipocrisia e de culpa, querendo dar voz a quem já a tem e a sabe muito bem o que seja voz. Aliás, é sempre bom lembrar o excelente livro da Gayatri Chakravorty Spivak, “Pode o subalterno falar?”, republicado em 2014.

Estou plenamente convencido da surdez e da gritaria que acompanha a Arqueologia desde que existe enquanto campo do conhecimento, como porta voz da modernidade colonial europeia diante dos ditos subalternos, dos ditos excluídos – em princípio, indígenas, quilombolas, negrxs, LGBT e demais letras, mulheres, velhos, crianças.... Aqui acompanho o dito pelo Rolando Vázquez Melken, em texto publicado no ano de 2014, na página 181⁵.

Ficando só com xs indígenas, desde 1500 a voz delxs não cala. Só não é ouvida. Haja visto o que circula neste fim de 2018 em relação às demarcações, às ocupações e à propriedade das terras indígenas no Brasil e o futuro governo que se domiciliará em Brasília a partir de janeiro próximo. Será que é porque a riqueza de suas tantas falas sempre foi mal-entendida pela modernidade colonial? Esta montou seus preconceitos ideológicos e culturais e daí vem falando, inclusive e principalmente, desde o campo da Arqueologia. É sobre preconceito o que diz Sonia Guajajara, na página 52 de seu livro: “Com índio sempre tem preconceito. Se está na aldeia, no seu modo de vida tradicional é primitivo, atrasado, etc. Se está mais integrado aos costumes urbanos não é mais índio. (...) Ao longo desses anos, foi se perpetuando a ideia de que índio tinha que ter olhos puxados, cabelos pretos e lisos e aquele que não tivesse estas características não era considerado indígena. (...) Mas durante esse tempo as mulheres indígenas foram abusadas e violentadas monstruosamente, nascendo assim os mais variados biótipos indígenas.”

Indígenas no Brasil sabem não somente falar com sua voz como também escrever para além de sua voz. Te passo algumas indicações, para quem nos ler também, sobre isso: 1) a coleção Tembetá, da editora Beco do

Azougue Editorial Ltda., com textos do Ailton Krenak, Sonia Guajajara, Daniel Munduruku, Kaká Werá e Álvaro Tukano; 2) a coleção Narradores Indígenas do Rio Negro, publicada pela FOIRN/ONIMRP; 3) as publicações do Instituto Socioambiental (ISA); a coleção Mundo Indígena, publicada pela Editora Hedra; 3) a coleção O Universo Indígena – séries Raízes e Maranduba, publicada pela Editora Paulinas. Também foi publicado um bom levantamento sobre o protagonismo dos indígenas no mundo contemporâneo latino-americano, com o texto da Claudia Zapata Silva, publicado em 2015. Sobre a articulação da modernidade colonial europeia, com vistas a sufocar e silenciar vozes e vidas indígenas deste o início da colonização, um excelente livro é o do Antonello Gerbi, publicado em 1996. Bueno! Já chega da empáfia simulada advinda da academia e, principalmente da Arqueologia, neste trotar de dar voz a quem não precisa que nada lhe dê porque já a tem e sabe dela. É preciso sim, estabelecer novos outros regimes simétricos de conversação entre, ao que aqui prosemos, a Arqueologia e os grupos humanos indígenas latino-americanos, como bem escreveu o amigo Cristóbal Gnecco no seu livro publicado em 2017.

Bueno!

A manhã já andou. O sol que antes dourava agora ferve na sala onde estou. Daí que vou aos finalmente desta carta.

Bem, tem uma temática que é a que mais tem atraído minha atenção e meus estudos: a do sagrado, do esotérico, do místico, do cosmológico que compõem e agenciam toda a materialidade no que diz respeito aos grupos humanos indígenas ameríndios. Lembro aqui, Mariana, a excelente indicação, sobre esta temática, que me fizeste tempos atrás, que é o livro organizado pelo Fernando Santos-Granero, publicado em 2013. Não vamos prosear agora sobre tal temática. Fica para mais adiante.

No entanto, dentro de tal temática, quero só destacar algumas palavras em relação a um evento que aconteceu em São Paulo, em maio de 2017. Foi a ReACT (Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia). O dossiê do evento – que foi apresentado, por Peter Skafish, sob o título de “Cosmopolitropicalia: diplomacia animista em São Paulo” – foi publicado pela Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, em 2018. Tal evento causou! Teve bruxa conduzindo xs participantes em dança ritual sob forma espiral e cantos invocatórios. Bem! Lembre que no TAAS, em Ibarra, no Equador, em junho deste ano, o evento foi aberto por aquele xamã e seus rituais envolvendo todxs xs que estavam, na ocasião, ali presentes.

Volto ao evento que estou te comentando. Na tal apresentação, o autor destaca a ousadia de quem o organizou e a forte e intensa mobilização das danças que colocou os participantes em ebulição corporal e emocional. Diz ele, na página 25⁶. A temática que antes me referi foi a tônica do evento. Neste sentido, Peter Skafish diz, e concordo com ele inteiramente, na página 27: “... a exclusão da feitiçaria da legitimidade científica e política está imediatamente ligada à dominação contínua dos muitos povos indígenas e do ‘meio ambiente’. (...) o capitalismo é um tipo de feitiçaria cujo estabelecimento inicial precisou da eliminação de seu único rival, a bruxaria, ressoa de forma inesperada no Brasil de hoje.”

“A magia e a vida. Tínhamos a relação e a distribuição dos bens físicos, dos bens morais, dos bens dignários. E sabíamos transpor o mistério e a morte com o auxílio de algumas formas gramaticais. (...) Se Deus é a consciência do universo Incriado, Guaraci é a mãe dos viventes. Jaci é a mãe dos vegetais.” Palavras de Oswald de Andrade no seu Manifesto Antropofágico. Viva o Manifesto Antropofágico! Precisamos de um novo Manifesto Antropofágico! Precisamos praticar vigorosamente o que Walter Mignolo, em livro publicado no ano de 2014, chamou de “desobediência epistêmica”. Abraçando tudo o que digo nestas últimas palavras de

nossa prosa, encontro ressonâncias na voz de Peter Skafish, em texto publicado no ano de 2018, na página 92, quando ele diz que “... ninguém mais além de nós para pensar sobre quem somos e o que somos”⁷.

Arqueologia de pessoas para pessoas!

Agora termino esta prosa, mesmo!

Acabou a água do mate. Já é meio dia e hora de tomar banho, com água bem fria. Aliás, o verão chegou e as férias também. Como sempre faço neste período, irei passar uns belos dias nos campos de Cima da Serra, onde nasci e me criei. Longas caminhadas por entre macegas amareladas e suave aos pés. Banhos de cachoeiras turbulentas e em movimentos aquáticos como uma cobra grande serrana dançando por entre as coxilhas.

Venha! Vamos passear juntos por aí, querida amiga.

Beijos e abraços todos do teu amigo daqui do biomapampacosteiro,

Bugreveiofenixserranodoapanhador alberione

³ Vale apontar aqui para outros artigos que também usaram esta estrutura de cartas, como Reis (2007) e Pellini, Zarankin & Salerno (2015).

⁴ “Alguns de nós, por sua origem, por sua herança cultural, pelo que aprendeu dos seus antepassados, continuaram dançando para suspender o céu. Outros nem isso fazem mais. Ou nunca fizeram, porque não é da sua tradição. Não está na sua, digamos, cosmovisão a existência de uma Terra com camadas de céus superiores em que ele pode interagir, que ele pode atuar, que ele pode suspender, que ele pode viajar para esses espaços para além do ambiente que nós compartilhamos aqui da Terra, para negociar, para agenciar novas formas de relação, novas trocas que nós podemos estabelecer entre essa humanidade que nós compartilhamos, a Terra onde vivemos e os outros mundos que estão em constante guerra com essa parte do mundo que nós somos capazes de reconhecer, de projetar, de compartilhar algumas visões com os outros.” (Krenak, 2017: 151).

⁵ “Se a modernidade é a afirmação do controle sobre a presença, se faz necessário perguntar sobre o sentido próprio da colonialidade. (...) Esta revela o movimento de exclusão, de violência, de invisibilização, de esquecimento inseparável da modernidade. A colonialidade marca os movimentos para ausentar, para menosprezar, para denegrir, para relegar ao esquecimento e ao passado, o que não tem lugar na modernidade. (...) é o complemento necessário para o movimento da afirmação da presença na qual a modernidade se apresenta como sendo a totalidade do real, como sendo a totalidade da presença.” (Melken, 2014: 181).

⁶ “... não deveríamos ter vergonha de dar as mãos a outras pensadoras e pensadores e afirmar junto com uma californiana de meia-idade que os espíritos locais dos Guarani removidos dessa terra, mas também dos próprios ancestrais dos participantes, estavam nos rodeando. E também, sendo um gesto simbólico ou um chamado “real” e efetivo, pedir humildemente sua ajuda para transformar o atual clima político-ecológico talvez seja mais eficaz do que as formas de ação convencionais, mas desgastadas, que nos restam agora.” (Skafish, 2018a: 25).

⁷ “A perspectiva de que o universo todo, das partículas às pedras, passando pelas galáxias, seja formado pelo pensamento – que mesmo as estrelas pensam, pensam sobre nós e pensam a nosso respeito em relação a outros mundos – sugere, para além de nossa imaginação, que existem não apenas muitas outras pessoas e mundos além de nós e do mundo que reconhecemos, mas que sempre *fomos comparadas por e entre elas*.

Se cogitarmos essa possibilidade, também poderemos cogitar que nossa sensação prévia de que o pensamento moderno é a forma mais crítica e intelectualmente avançada é completamente insustentável, e que não apenas precisaríamos pensar a respeito dessas pessoas para refletir sobre nosso próprio pensamento, como provavelmente estaríamos em uma posição muito ruim para decidir sobre como fazer isso.” (Skafish, 2018b: 92).

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

- ALBERTI, B. 2016. Archaeologies of Ontology. In: *Annual Review of Anthropology*, v. 45, 163 – 179.
- ANDRADE, O. de. 1976. Manifesto Antropofágico. In: TELES, G.M. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. Petrópolis, Vozes; Brasília, INL.
- BATTLE-BAPTISTE, W. 2011. *Black Feminist Archaeology*. Left Coast Press, Walnut Creek.
- BEZERRA, M. 2017. *Teto e Afeto: Sobre as Pessoas, as Coisas e a Arqueologia na Amazônia*. GK Noronha, Belém.
- BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, A. 1999. *Dicionário Aurélio*. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- CASTAÑEDA, Q. 2008. The "Ethnographic Turn" in Archaeology. In: CASTAÑEDA, Quetzil & MATTHEWS, Christopher (Org). *Ethnographic Archaeologies: Reflections on Stakeholders and Archaeological Practices*. Altamira Press, Plymouth. pp. 25-61.
- CABRAL, Mariana Petry. 2013. "E se todos fossem arqueólogos?": experiências na Terra Indígena Wajãpi. *Anuário Antropológico, UnB*, vol.39 (2): 115-132.
- CORTÁZAR, J. 1994. *Histórias de cronópios e de famas*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- DEVILLE, P. 2017. *Peste e Cólera*. São Paulo, Editora 34.
- GERBI, A. 1996. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GNECCO, Cl. 2017. *Antidecálogo. Diez ensayos (casi)arqueológicos*. Popayán, Universidad del Cauca/Sello Editorial.
- GNECCO, Cl. 2012. "Escavando" arqueologias alternativas. In: *Revista de Arqueologia SAB*, vol. 25 (2): 08-22.
- GROS, F. 2018. *Desobedecer*. São Paulo, Ubu Editora.
- GUAJAJARA, S. 2018. *Tembetá. Sônia Guajajara*. Rio de Janeiro, Beco do Azougue Editorial Ltda.
- HOLBRAAD, M.; AXEL PEDERSEN, M. e VIVEIROS DE CASTRO, E. *The politics of Ontology: Anthropological Positions*. In: <https://culanth.org/>. Consultado em 27 de novembro de 2018.
- HOWARD, C.V. 2002. A domesticação das mercadorias: Estratégias Waiwai. In: ALBERT, B. e RAMOS, A. R. (orgs.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato norte-amazônico*. São Paulo, Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado.
- KING, S. 2015. *Sobre a escrita – a arte em memórias*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- KOPENAWA, D. e ALBERT, B. 2015. *A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo, Companhia das Letras.
- KRENAK, Ailton. 2017. *Tembeta. Ailton Krenak*. Rio de Janeiro, Beco do Azougue Editorial.
- LATOURET, B. 2015. Não é a questão. *Revista de Antropologia da UFSCAR*, 7 (2), jul-dez, 73-77.
- MACHADO, J. S. 2017. Arqueologias indígenas, os Laklãnõ Xokleng e os objetos do pensar. In: *Revista de Arqueologia SAB*, vol. 30 (1): 89-119.
- MELKEN, R. V. 2014. Colonialidad y Relacionalidad. In: Borsani, Maria Eugenia y Quintero, Pablo (comps.) *Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo*. Newquen, educO, 2014: 173 - 196.

- MCCLINTOCK, A. 2010. *Couro Imperial. Raça, Gênero e Sexualidade no embate colonial*. Campinas, Editora da Unicamp.
- MIGNOLO, W. 2014. *Desobediencia epistémica. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires, Del Signo.
- MUNDURUKU, D. 2018. Somos aqueles por quem esperamos. Breve e didático apanhado histórico sobre questões que envolvem os indígenas. In: *Pernambuco*, n. 150, 18 – 19, agosto, Recife
- PELLINI, José Roberto, ZARANKIN, Andrés & SALERNO, Melisa. 2015. Letters from a Past Present. In PELLINI, José Roberto, ZARANKIN, Andrés & SALERNO, Melisa (Org). *Coming to Senses: Topics in Sensory Archaeology*. Cambridge Scholars Publishing, Newcastle upon Tyne. pp. 1-10.
- REIS, José Alberione. 2003. *Não pensa muito que dói: um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira*. Tese de Doutorado, IFCH, UNICAMP, Campinas.
- REIS, José Alberione. 2007. "Lidando com as coisas quebradas da história". *Arqueologia Pública*, vol. (nº2): 33-44.
- RIBEIRO, D. 2017. *O que é: lugar de fala?* Letramento/ Justificando, Belo Horizonte.
- RUIBAL, G. A. 2008. De la etnoarqueología a la arqueología del presente. In: SALAZAR, Juan, DOMINGO, Inés, AZKÁRRAGA, José M. & BONET, Helena (Org). *Mundos Tribales: una visión etnoarqueológica*. Museu de Prehistòria de València, València. pp. 16-27.
- SANTOS-GRANERO, R. 2013. *The occult life of things – native americans theories of materiality and personhood*. Tucson, The University of Arizona Press.
- SCHWARZ, R. 2012. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo, Duas Cidades/Editora 34, Pp. 11 – 31.
- SILVA, C. Z. 2015. *Intelectuales indígenas en Ecuador, Bolivia y Chile. Diferencia, colonialismo y anticolonialismo*. La Habana, Fondo Editorial Casa de Las Américas.
- SILVA, F. A. 2015. Arqueologia colaborativa com os Asurini do Xingu: Um relato sobre a pesquisa no igarapé Piranhaquara, T.I. Koatinemo. In: *Revista de Antropologia*, vol. 58 (2): 143-172.
- SKAFISH, P. 2018a. Cosmopolitropicália: Diplomacia animista em São Paulo – Apresentação do Dossiê. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, abril: 24 – 32.
- SKAFISH, P. 2018b. Fora do que se acredita existir: a Terra em perspectiva multidimensional. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, abril: 66 – 94.
- SMITH, C. 2008. La supervivencia de las culturas indígenas. In: SALAZAR, Juan, DOMINGO, Inés, AZKÁRRAGA, José M. & BONET, Helena (Org). *Mundos Tribales: una visión etnoarqueológica*. Museu de Prehistòria de València, València. pp. 92-107.
- SPIVAK, G. C. 2014. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- SOUZA, J. e VALIM, R. (coords.). 2018. *Resgatar o Brasil*. São Paulo, Editora Contracorrente/Boitempo.
- TADDEI, R. 2018. O dia em que virei índio - a identificação ontológica com o outro como metamorfose descolonizadora. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, vol. 69 (Abr.): 289-306.
- TAVARES. G. M. 2010. *Uma viagem à Índia: melancolia contemporânea (um itinerário)*. São Paulo, Leya.
- THIESEN, B. V. e POUQUET, M. 2018. Nem tempo. Nem método. Nem história, Nem antropologia, O que é arqueologia? In: *Tessituras, Pelotas/RS*, v. 6, n. 1, jan./jun.: 13 – 22.

VIVEIROS DE CASTRO, E. 2004. Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation. In: *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, vol. 2 (1): 3-22.